

O ESPAÇO, ESSA GRANDE ESCULTURA

Para uma geografia política do período suevo-visigótico *

por
RUI CUNHA MARTINS

I

O animal não é totalmente livre de se mover no espaço. Tal como o ser humano. Mas, no homem, essa dimensão de animal territorial impõe a relação com o espaço na esfera do comportamento social.

A vivência de um território não é um dado estático; antes remete para uma actividade permanentemente elaborada, uma construção. Assim sendo, determinadas formas de ordenamento espacial são indissociáveis dos diferentes aspectos da realidade humana, com os quais interagem, sendo por eles influenciadas e constituindo, em contrapartida, a sua expressão¹. Estabelecer o quadro geopolítico de dado momento histórico é tarefa que adquire, nesta perspectiva, a devida amplitude: implica, como alguém disse, um espaço, uma sociedade, e a organização do primeiro pela segunda².

* O Autor, beneficiando do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para a investigação sobre esta matéria, agradece àquela instituição o parecer favorável quanto à publicação deste artigo.

¹ Marcel Roncayolo, art. «Território», in *Enciclopédia Einaudi*, VIII (ed. port. Porto, 1986), pp. 262-290.

² José Ángel Garcia de Cortázar, *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, (Barcelona, 1985), pp. 7-42.

O período suevo-visigótico, balizado, no ocidente peninsular, pelo século V e pelo século VIII, corresponde a uma época sobre a qual pouco sabemos. A escassez do material de perpetuação do período decerto explica essa situação, mas só em parte; outros factores são responsáveis. Em primeiro lugar, a tendência para alargar o pecúlio de informações acumuladas, ignorando o estabelecimento de prioridades e a procura dos ritmos essenciais. E também a ausência de trabalhos de base, sob a forma de inventariações sistemáticas ou de estudos de âmbito específico. Outros pressupostos de trabalho são, entretanto, possíveis.

Procuraremos, nesta breve abordagem, contribuir para o estabelecimento de uma geografia política da presença germânica no espaço do actual território português, susceptível de aclarar os contornos da história de Suevos e Visigodos e de, por essa via, constituir ponto de partida para posteriores trabalhos de síntese. Proceder à nomeação das fontes disponíveis e enunciar as condições da sua utilização será o primeiro passo. Procuraremos, em seguida, mediante a apresentação de alguns resultados da investigação efectuada para a zona da Beira interior suevo-visigótica, perspectivar vias de investigação possíveis.

II

Qualquer documento, à luz da actual crítica histórica, «resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias»³. O que o permite encarar como monumento. Os séculos V a VIII peninsulares não escaparam a esse esforço. Devemos admitir, entretanto, que o terão vivido de

³ Jacques Le Goff, art. «Documento/Monumento», in *Enciclopédia Einaudi*, (ed. port. Porto, 1984), p. 103.

modo regrado. Ora, sobretudo quando assim acntece, «importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte»⁴: de par com um certo número de fontes tradicionalmente recuperadas para qualquer trabalho sobre o assunto que nos ocupa, importa promover a testemunhos todo um conjunto de vestígios arqueológicos, moedas, realizações artísticas. Constituem evidências de civilização material, susceptíveis de fornecer um corpo de dados fundamental. A este tipo de «monumentos» e à sua relação, nos referiremos mais adiante. Tracemos, por agora, o quadro do material escrito disponível⁵.

Para o estudo do espaço peninsular sob o domínio germânico, conta a historiografia visigótica com as obras de João de Biclarum, Isidoro de Sevilha e Julião de Toledo. O assunto tratado por este último cai fora do âmbito geográfico que nos ocupa⁶. Relativamente àqueles dois autores, o «Biclarense» redige a sua *Cronica*⁷ entre 567 e 590, abrangendo portanto um dos mais relevantes momentos da história do reino visigótico, o da governação de Leovigildo, que consoma o desaparecimento do reino suévico; e as *Historias*⁸ de Santo Isidoro, escritas em inícios do século VII, englobam já o período

⁴ Ibidem, p. 104.

⁵ O enunciado das fontes escritas com interesse para a época suévica encontra-se, por exemplo, em Alain Tranoy (int., texte crit., trad.), *Hydace: Chronique*, 2 vols. (Paris, 1974), II. Para os Visigodos, veja-se E. A. Thompson, *The Goths in Spain* (Oxford, 1969); ou, com abundantes referências às fontes, Carmen García Rodríguez, *El culto de los Santos en la España romana y visigoda* (Madrid, 1966). A mais recente obra de síntese sobre o período suevo-visigótico peninsular dedica também algumas páginas ao assunto: José Orlandis, *Historia del reino visigodo español* (Madrid, 1988), pp. 15-19.

⁶ Descreve a campanha militar levada a cabo pelo rei Wamba na Gália Narbonense (*Historiæ Wambæ*, ed. Levison, *Manumenta Germaniæ Historica. Scriptores rerum merovingicarum*, XI).

⁷ *Chronica*, ed. Julio Campos, *Juan de Biclario, obispo de Gerona. Su vida y su obra* (Madrid, 1960).

⁸ *Historia Gothorum, Vandalorum, Sueborum*, ed. crít. C. Rodríguez Alonso, *Las Historias de Godos, Vandalos y Suevos* (León, 1975).

posterior à conversão de Recaredo ao Catolicismo. Há ainda que juntar a estas fontes uma obra de cunho hagiográfico e espacialmente mais localizada, as *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*⁹, com referências à metrópole da Lusitânia nos finais do século VI. E também, com a particularidade de ter sido redigida no noroeste peninsular, a *Cronica*¹⁰ de Idácio, bispo de Chaves, relato da invasão e conquista da Península Ibérica pelos suevos, cronologicamente limitada pelos anos de 409 e 468, data a partir da qual desconhecemos cerca de um século da vida daquele povo.

A utilização destas fontes, porém, não deverá deixar de ater-se à ideia já aqui esboçada de documento enquanto resultado da elaboração de uma época. Tomam assim relevo considerações como as de Jocelyn Hillgarth¹¹, ao chamar a atenção para o carácter de propaganda que subjaz à produção histórica do reino visigótico, criador de obras claramente inspiradas pela corte de Toledo¹². Por outro lado, convém notar ser o grau de informação contido nestes testemunhos, extremamente rudimentar. E se, apesar disso, o seu interesse para o conhecimento do domínio germânico à escala peninsular é evidente, já a sua utilidade directa para o estudioso do actual espaço português à época visigótica é reduzida.

Em compensação, as indicações contidas nas disposições legislativas e, sobretudo, nas compilações das actas conciliares,

⁹ *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*, ed. J. N. Garvin, Catholic University of America, *Studies in Medieval and Renaissance Latin Language and Literature*, XIX (Washington, 1946).

¹⁰ Ed. Alain Tranoy, *op. cit.*, vol. I, pp. 98-179. Ver também a recensão crítica de Carlos Alberto Ferreira de Almeida à obra de Tranoy, publ. in *Conímbriga*, 15 (1976), pp. 171-177.

¹¹ Jocelyn N. Hillgarth, «Historiography in Visigothic Spain», in *La storiografia altomedievale*, XVII Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 10-16 Aprile 1969, t. I (Spoleto, 1970), pp. 261-311.

¹² *Ibidem*, p. 273. No mesmo sentido, *Ibidem*, p. 309: «John, Isidore and Julian of Toledo were doing essentially the same work as architects, sculptors, jewellers and designers of coins in Visigothic Spain. They were promoting the glory of the Visigothic Crown».

parecem poder oferecer linhas de investigação mais férteis para aquele efeito¹³.

Seria, entretanto, a organização eclesiástica do reino suévio a justificar a elaboração, em finais do século VI, do documento comumente designado por *Parochiale Suevicum*¹⁴. Respeitando ao ocidente peninsular politicamente controlado pelos suevos, portanto às actuais regiões da Galiza e do Portugal a norte do Tejo, eis uma fonte de elevado valor para a percepção do modo como a dimensão da territorialidade foi gerida pelo período suevo-visigótico. A informação contida no *Parochiale* constitui material único em assuntos de ordenação territorial eclesiástica: a relação das paróquias existentes em cada uma das dioceses do reino suévio¹⁵. Pierre David libertou o documento das interpolações posteriores e demonstrou o seu carácter autêntico, concluindo pela sua utilidade; e datou-o dos anos 572 a 582¹⁶. A realidade para que remete teria a ver com graus organizativos regionalmente desiguais: o espaço de entre Douro e Minho, a avaliar pelo quadro paroquial apresentado, seria então o mais desenvolvido e organizado¹⁷.

¹³ Para as actas conciliares, José Vives, *Concéllos visigóticos e hispano-romanos* (Barcelona-Madrid, 1963). Bibliografia para as fontes do direito pode encontrar-se em José Orlandis, *op. cit.*, p. 176 s., ou em A. Hespanha, *História das Instituições da época medieval e moderna* (Coimbra, 1982), pp. 123-124.

¹⁴ Ed. Pierre David, in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle* (Lisbonne, 1947), pp. 30-44.

¹⁵ Não dispomos, para a administração visigótica, de documento semelhante, tendo o carácter apócrifo da chamada *Divisio Wambae*, ou *Provincial Visigótico*, sido demonstrado por L. Vázquez de Parga, *La División de Wamba. Contribución al estudio de la historia y la geografía eclesiástica de la Edad Media española* (Madrid, 1943). Entretanto, A. Almeida Fernandes considerou este documento passível de utilização: *Paróquias suevas e dioceses visigóticas* (Viana do Castelo, 1968).

¹⁶ Pierre David, *op. cit.*, p. 68.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 77-82.

Não restam dúvidas quanto à importância, para a história paroquial, de semelhante documento¹⁸. Mas para os fins a que nos propomos, a sua utilização merece algumas considerações, por forma a equacionar a sua validade e os seus limites.

Um primeiro tipo de problemas que se coloca tem a ver com o verdadeiro alcance das informações fornecidas pelo *Parochiale*. A questão que aqui se levanta é a seguinte: qual a legitimidade da utilização de um documento eclesiástico, na procura de um quadro geopolítico do período em causa? Sabemos da inegável importância exercida pelo quadro administrativo religioso nos séculos altomedievos, preenchendo, do ponto de vista do enquadramento dos homens, a ausência mais ou menos evidente de uma ordem civil efectiva. Definir competências religiosas de base territorial significa, efectivamente, propor aos indivíduos pontos de referência para o seu relacionamento¹⁹. Parecem, pois, as disposições eclesiásticas (e por esta via o *Parochiale suevicum*), poder dar preciosas indicações para o conhecimento do espaço por elas abrangido.

Por outro lado, há que reflectir sobre o conteúdo do documento. Ou seja: definir o que se deve entender por quadro paroquial do século VI. A abordagem ao problema feita por José Mattoso responde, em nosso entender, a esta necessidade: a concepção das paróquias suélicas, não como espaços nitidamente delimitados, «mas antes como pontos de apoio para o controlo de áreas sem fronteiras estanques; pontos que, por sua vez, eram comandados por outro centro, a sede diocesana. O sistema evoca mais a imagem da constelação do que a da rede de territórios contíguos. A eficácia da organização dependia da relação de tais centros com a respectiva área de influência, e da sede diocesana com eles»²⁰.

¹⁸ José Mattoso, «Para a história das paróquias em Portugal», in *Portugal Medieval. Novas interpretações* (Lisboa, 1985), pp. 37-56.

¹⁹ Marcel Roncayolo, *art. cit.*, sobretudo pp. 271-276.

²⁰ José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2 vols. (3.ª ed., Lisboa, 1988), II, p. 179. Uma tal concepção

Colocadas nestes termos as questões tecidas em torno da utilização do *Parochiale*, resta, enfim, equacionar um último aspecto: o da identificação dos topónimos constantes do documento suévio. A este nível, e porque localizar as paróquias é dar corpo a determinada ideia de ordenação territorial, não parece suficiente empreender, individualmente para cada centro paroquial, o trabalho de base toponímica ou outra que suscite hipóteses de identificação. Pois se o quadro paroquial do século VI ganha eficácia na relação do centro paroquiano com uma área de influência e com uma sede diocesana, parece mais vantajoso procurar, para a área de cada uma das dioceses, uma lógica própria de organização do espaço.

Em face destas considerações, como agir? Quais os caminhos de investigação apropriados?

Duas vertentes metodológicas podem ser percorridas: a que considera as épocas anterior e sucedânea ao domínio germânico como realidades comparáveis com o período em causa e, por isso, eventualmente reveladoras de dados sobre este; e a que, procurando alargar o âmbito da documentação, atenta conjuntamente nos dados das fontes escritas e da toponímia, da arqueologia e da numismática, ou dos modelos de cariz antropológico.

do quadro paroquial do século VI, traz implícita a ideia da inexistência de uma delimitação territorial das paróquias naquela época, o que, tendo sido sustentado por Gonzalo Martínez Díez, («El patrimonio eclesiástico en la España Visigoda. Estudio histórico jurídico», sep. de *Miscellanea Comillas* 23 (1959), pp. 59-65. Cit. por José Mattoso, *Para a história das paróquias...*, p. 44, nota 22), acaba de ser reafirmado por José Ángel García de Cortázar, *La sociedad rural en la España Medieval* (Madrid, 1988). Para este Autor, a territorialização paroquial não aconteceria antes da reforma gregoriana e do agravamento da fiscalidade diocesana e paroquial, em começos do século XII. Então, «se hicieron más precisos los límites de cada demarcación parroquial, única forma de conocer quiénes eran los contribuyentes que le correspondían» (pp. 90-91).

III

A evidente carência de documentação para este período convida, desde logo, a uma história alongada no tempo. É este, aliás, um processo usual. Ao pretender estudar um fenómeno que considera escassamente coberto pelas fontes — o do regime senhorial da Idade Média — Salvador de Moxó aponta a eficácia metodológica da via comparativa, ou seja, «la visión previa de un horizonte algo más tardío, pero que por la lenta evolución de las instituciones conserva una amplia base de la época precedente»²¹. Esta via parece igualmente válida para a realidade que tratamos.

E foi já aplicada ao noroeste peninsular. Ao tomar o século VI como base da linha evolutiva que percorre a circunscrição paroquial até ao século XII, os trabalhos de Avelino de Jesus da Costa para a diocese de Braga²² e, recentemente, de López Alsina para a de Santiago de Compostela²³, permitiram detectar algumas permanências e conduzir à localização de algumas paróquias suélicas.

O processo, contudo, não parece isento de vicissitudes. Recorrer, na procura de dados sobre a presença germânica, à deslocação temporal para o período da formação de Portugal, implica ter presentes fenómenos que se situam entre as duas épocas, tais as invasões muçulmanas e seus efeitos, o percurso reconquistador ou o surto demográfico do século XI, bem como as alterações toponímicas e da organização administrativa²⁴.

²¹ Salvador de Moxó, «Los señoríos: estudio metodológico», in *Historia Medieval*, Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Historicas, vol. II (Santiago de Compostela, 1975), p. 164.

²² Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols. (Coimbra, 1959).

²³ F. López Alsina, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media — años 800-1150* (Santiago de Compostela, 1988). Cit. por José Ángel García de Cortázar, *La sociedad rural...*, p. 92, nota 37.

²⁴ Ver, a este propósito, José Mattoso, *Para a história das paróquias...*, em especial pp. 43-44.

Além disso, o processo não parece generalizável a todo o espaço geográfico, tendo a correspondência entre paróquias suélicas e *Terras* ou arcediagados medievais sido predominantemente detectada nas regiões do Norte menos densas populacionalmente (Trás-os-Montes e Alto Minho), e só em pequena escala nas de povoamento mais concentrado²⁵.

O emprego desta via comparativa merece, pois, estas chamadas de atenção. Entretanto, a investigação pode actuar também em sentido inverso, estabelecendo um confronto, desta feita, com o Portugal romano.

Este trajecto tem sido raramente tentado. Não se trata agora da percepção de uma maior ou menor linearidade evolutiva; o que está em causa é, na perspectiva que nos importa, aquilo que é a permanência, aquilo que, na realidade espaciopolítica suevo-visigótica, constitui persistência romana. Nas áreas em que, ao longo dos séculos V a VIII, as forças da permanência marcam o ritmo do real, os dados romanos ganham estatuto de bivalência: denunciam o seu tempo, mas também, com alguma probabilidade, o que lhe sucede.

Igualmente neste caso parecem prudentes alguns cuidados, sendo o principal o dos cambiantes regionais desta metodologia. De facto, o tempo não se «escoou» de forma igual em todo o território peninsular; os seus efeitos não se processaram de forma idêntica sobre, por exemplo, o espaço viseense e o da Egitânia. Esse diferente ritmo do tempo terá que ditar variedades e particularismos entre as regiões.

Munidos destes pressupostos, tentemos desenvolver os conhecimentos sobre a geografia política do período suevo-visigótico, situando a investigação na zona de Entre Douro e Tejo correspondente às dioceses altomedievais de Viseu e de Egitânia.

²⁵ José Mattoso, *Identificação de um País...*, II, pp. 179-180. Haverá, no entanto, que verificar até que ponto as investigações recentemente publicadas por López Alsina, *op. cit.*, permitem manter as reservas daquele Autor.

Na diocese egitaniense menciona o *Parochiale* a existência de três paróquias: Egitania, Municipio e Francos²⁶. Cunharam moeda, à época visigótica, Egitania e Municipio²⁷. Estando a capital da diocese seguramente identificada e localizada (actual Idanha-a-Velha), as restantes paróquias têm merecido tratamento e análise diversa por parte dos estudiosos²⁸. As dúvidas, entretanto, persistem.

Ora, uma comparação com a realidade romana pode revelar-se aqui extremamente útil. No próprio caso da paróquia da Egitania, parece depreender-se da fórmula «tota Egitania» utilizada pelo *Parochiale* que, como observou Fernando Curado, o território da antiga *Civitas* não estava ainda fraccionado²⁹. Na mesma linha de investigação, devemos reflectir sobre uma inscrição aparecida no Teixoso, concelho da Covilhã³⁰, a qual nos permite formular uma hipótese de localização de Municipio. Podendo este topónimo indicar obtenção de municipa-

²⁶ Pierre David, *op. cit.*, p. 38.

²⁷ A questão das cunhagens visigóticas foi tratada, entre outros, por Octavio Gil Farrés, *Historia de la moneda española* (Madrid, 1976), pp. 141-161 (sobretudo pp. 156-159). Para a enumeração dos locais de cunhagem visigótica, situados em território actualmente português e já identificados, ver Nestor R. Oliveira Fatia Vital, «Panorama Geo-Histórico e Numismático da Alta Idade Média Ibérica Ocidental — séculos V a XI», *Revista de Guimarães*, 93 (1983), pp. 165-183.

²⁸ Entre outros, abordaram este assunto: A. Almeida Fernandes, *op. cit.*, pp. 103, 122; Elias Garcia, «As moedas visigodas de Monecipio», in *Subsídios para a história regional da Beira Baixa*, vol. I, 1940, pp. 97-108 (esp. pp. 105-107).

²⁹ Fernando Curado, «A propósito de Conímbriga e Coniúmbrega». Este artigo, que consultámos sob a forma de texto dactilografado, resulta da comunicação lida ao I Congresso sobre o Rio Douro (Vila Nova de Gaia, 25 de Abril-2 de Maio de 1986) e será publicado, segundo informação pessoal do seu Autor, na *Revista de Gaia*, n.º 6 (no prelo).

³⁰ A referida inscrição, aparecida na Quinta de Santo António, Teixoso, Covilhã, foi noticiada por Leite de Vasconcelos, «Antiguidades do Concelho da Covilhã», *Biblos*, 10 (1934), pp. 24-31. Cit. por Jorge de Alarcão, *Roman Portugal*, 2 vols. (Warminster, 1988), II, fasc. 1, p. 68.

lidade à época romana, a menção feita, naquela inscrição, a um *Duumviro Primus*, pode situar Município na zona da Covilhã. Quanto a Francos, a lógica da permanência do quadro romano, nesta área, como ponto de referência administrativo, permite a sua localização na zona de Castelo Branco (o que Elias Garcia, com base noutros pressupostos, defendera já)³¹, local com toda a probabilidade influente, no âmbito regional, à época romana³².

As evidências que seleccionámos podem, talvez, ter o sentido seguinte: na diocese menos organizada, em termos de administração eclesiástica, ao tempo dos Suevos, persiste a lógica de ordenação espacial do quadro anterior.

A realidade para que remete a diocese viseense é diferente. Revelando um maior número de centros paroquiais, aí aponta o *Parochiale*: Viseo, Rodomiro, Submontio, Subverbena, Osania, Ovellione, Tutela, Coleia e Caliabrica³³. Diz-nos a numismática que Viseo, Tutela, Coleia e Caliabrica foram centro de cunhagem sob os visigodos³⁴. Viseo terá também cunhado moeda à época suévica³⁵. Relativamente a localizações tentadas, temos que apenas Viseo (actual Viseu) e Caliabrica (actual Calabre, freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Coa)³⁶ estão perfeitamente identificadas. As restantes, apesar de algumas hipóteses levantadas pela investigação³⁷, continuam por localizar espacialmente.

³¹ Elias Garcia, *art. cit.*, pp. 106-107.

³² Jorge de Alarcão, *op. cit.*, II, fasc. 1, p. 76.

³³ Pierre David, *op. cit.*, pp. 37-38.

³⁴ Cf. *supra*, nota 27.

³⁵ Octavio Gil Farrés, *op. cit.*, p. 149.

³⁶ Caliabrica viria a ser sede diocesana sob os Visigodos. A primeira referência a um *episcopus caliabriensis* encontra-se nas Actas do Concílio IV de Toledo, em 633, tendo a sua sagração ocorrido, possivelmente, cerca de 625. Cf. L. A. García Moreno, *Prosopografía del reino visigodo de Toledo* (Salamanca, 1974), p. 174.

³⁷ Tentativas de localização foram empreendidas, por exemplo, por A. de Almeida Fernandes, *op. cit.*, pp. 95-97, 122, e por Fernando Curado, *art. cit.*

Sendo a região viseense, por imperativos da morfologia física, uma espécie de «corredor» enquadrado por cordilheiras montanhosas bem definidas, a fixação humana aí ocorreu, de forma regular, desde bem antes do período suevo-visigótico. Com os romanos, o traçado das vias assistia, nesta região, a algum dinamismo³⁸. Daí, uma das nossas vias de investigação ter consistido na tentativa de encontrar coincidência entre as igrejas suevas e localidades beirãs estrategicamente importantes sob os romanos. Os resultados, porém, não ofereceram mais do que uns quantos indícios, até porque, para esta zona e para este período, os dados arqueológicos são escassos e pouco reveladores.

A consulta dos documentos medievais, entretanto, permitiu confirmar a situação espacial da paróquia Osonia. Também referida Osonia nos documentos do *Parochiale*³⁹, terá evoluído, linguisticamente, para Osonho, ou Zonho, na freguesia de Cota, concelho de Viseu⁴⁰.

Um estado da questão assim traçado, para a zona da Beira, poderá parecer pouco esclarecedor. Trai, contudo, algumas evidências: a) a muito provável confirmação de esquemas próprios a cada região na ordenação do território; b) as dificuldades postas a essa percepção pela escassez de dados fornecidos pelas áreas de investigação implicadas.

Em face disto, chegou o momento de propor, como método de trabalho fundamental, um alargamento do campo das fontes. Não nos resta senão conferir ao documento, qualquer

³⁸ Jorge Alarcão, *op. cit.*, I, pp. 52-53, 58-60.

³⁹ Pierre David, *op. cit.*, p. 37.

⁴⁰ Abona neste sentido a explicação sobre a evolução do topónimo dada por Joaquim da Silveira, «Toponymia Portuguesa», *Revista Lusitana*, vol. XVI (1913), p. 154, nota 7. Além disso, a documentação medieval relaciona as povoações de *Cotha* e de *Osonio*, fazendo referência a «Donnus Sebastianus judex de Cothia et de Osonio» (*Portugaliæ Monumenta Historica. Inquisitiones* (Lisboa, 1917), p. 876. Ver também p. 877). Para estes docs., havia já chamado a atenção A. Almeida Fernandes, *op. cit.*, p. 96, nota 1.

que ele seja, a condição de monumento, isto é, garantir-lhe a representatividade que lhe advém da inserção no conjunto formado por outros monumentos, produtos de uma mesma realidade e, portanto, uma vez relacionados, capazes de a exprimir⁴¹.

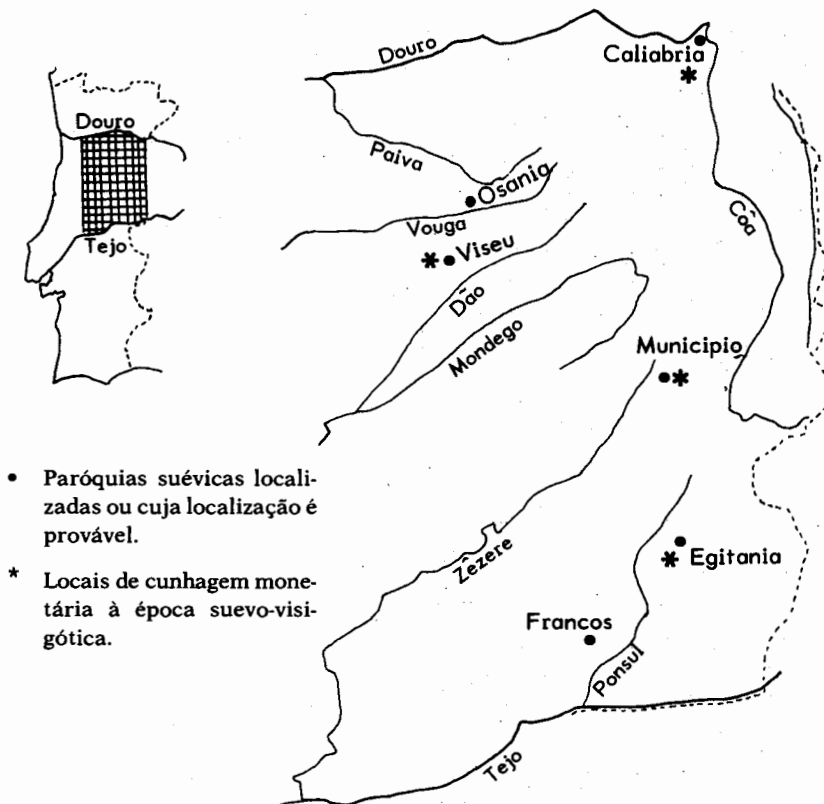


Fig. 1 — Aproximação ao espaço da Beira Interior Suevo-Visigótica

⁴¹ A investigação assim considerada está inerente a ideia de documento/monumento, tal como a apresentou Jacques Le Goff, *art. cit.*

Abordar as várias disciplinas que, a partir da noção de documento/monumento, podem esclarecer os esquemas de organização espacial, quer dizer, de representação da territorialidade do período suevo-visigótico, será a nossa derradeira tarefa.

IV

Não pretendendo os dados apresentados para as dioceses viseense e egitaniense constituir exemplo paradigmático, entendemos, ainda assim, que a situação por eles evidenciada quanto às formas de hierarquização do espaço convida, de preferência, a um tipo de investigação caracterizado pelo recurso a todos os dados disponíveis.

Talvez que a regular entrada da Antropologia no campo da História permita reduzir as áreas de recrutamento desses dados. Os estudos antropológicos sobre as formas de organização das sociedades primitivas podem, de facto, oferecer modelos comparativos para períodos documentalmente debilitados, caso dos séculos V a VIII peninsulares⁴². Seja como for, a prévia conjugação de dados de vária ordem, afigura-se bastante útil.

O recurso à toponímia tem marcado, de há muito, as tentativas de apreender a realidade organizativa altomedieval. Repare-se como a paróquia viseense Osania, atrás referida, deve a sua possível localização a uma reflexão toponímica⁴³, e de muitos outros casos se poderia aqui dar conta⁴⁴. O problema da evolução dos topónimos, é, porém, complexo, tendo alguns

⁴² O interesse das propostas antropológicas para áreas de investigação histórica marcada pela escassez de material, foi apreciado, em particular no que concerne à história rural, por José Ángel García de Cortázar, *La sociedad rural...*, pp. XIV-XV.

⁴³ Cf. supra, nota 40.

⁴⁴ Citem-se, a título de exemplo, os trabalhos já aqui referidos de Avelino de Jesus da Costa e de A. Almeida Fernandes, ambos tendo beneficiado de uma

autores chamado a atenção para esse facto e para os cuidados a ter na utilização da toponímia⁴⁵. Além de que o interesse desta para o nosso estudo ultrapassa o desbravar de questões linguísticas.

Fundamental, pois, o inegável contributo da toponímia devem conjugar-se os dados da cultura material, fornecidos pela arqueologia. A importância que sempre lhe advém da ausência de testemunhos escritos para determinado período, ganha compreensível fôlego em tudo o que respeite a presença germânica. Infelizmente, a escassez de trabalhos em curso limita a obtenção de resultados. Pelo que o estabelecimento de uma geografia dos achados, se é certo poder revelar modalidades de ocupação do espaço, ou desníveis regionais na fixação dos homens, pode também corresponder, tão somente, ao índice de campanhas arqueológicas efectuadas, desigual de zona para zona. Não obstante, a aposta na arqueologia para dilatar os nossos conhecimentos sobre o período suevo-visigótico, persiste intocável⁴⁶. Para mais, aos trabalhos arqueológicos devemos um tipo de dados específico: os numismáticos.

linha de investigação de base toponímica. (Mesmo se aos resultados deste último têm sido colocadas fortes reservas. Cf. indicação de José Mattoso, *Para a história das paróquias...*, p. 41, nota 18).

⁴⁵ Atente-se no caso dos historiadores do mundo rural que, tendo no estudo dos topónimos preciosos auxiliar, nem por isso podem furtar-se à necessidade de manejar cuidadosamente os dados da toponímia e de os relacionar com os fornecidos por outras áreas de investigação. Ver, a este propósito, Guy Fourquin, na sua contribuição para a *Histoire de la France Rurale* (dir. Georges Duby et A. Wallon), t. I (Paris, 1975), pp. 292-297. E também: Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Um estudo de história rural*, 2 vols. (Coimbra, 1983), I, pp. 8-10; Robert Durand, *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles* (Paris, 1982), pp. 61-62. Compreensivelmente, o emprego da toponímia para o estudo do espaço dos séculos V a VIII, deverá merecer tratamento semelhante.

⁴⁶ A capacidade da Arqueologia em esclarecer formas passadas de ordenação de um espaço, foi explicada por Jorge Alarcão, «A dimensão antropológica da arqueologia», *Biblos*, LIX (1983), pp. 470-477: «A Arqueologia

Estudar a amoedação de Suevos e Visigodos, remete para a questão dos locais de cunhagem. As paróquias viseenses Totela e Coleia, por exemplo, gravaram o seu nome nos trientes visigóticos, mas delas nada sabemos, sequer a localização. Neste aspecto, um estudo combinado com os dados da toponímia parece percurso obrigatório. Depois, há os problemas relativos à circulação monetária. Se a moeda visigótica se destinasse ao comércio, poderíamos considerar que a localização das oficinas monetárias deveria responder a essa necessidade. No entanto, importa atender ao panorama traçado pelos especialistas ⁴⁷.

Assim, entre 585 e 642-49 a produção de moedas teria sido móvel, tendendo para a dispersão quanto aos locais de cunhagem, facto mais do que evidente no noroeste peninsular. Além disso, o interesse comercial da moeda visigótica terá sido, não inexistente mas limitado, pouca incidência tendo na troca de produtos da realidade social, e desaparecendo da circulação para ser entesourada ⁴⁸. Localizar as cunhagens visigóticas obriga a considerar estes aspectos; e a associação entre oficina monetária e centro estrategicamente influente merece certa prudência.

As reservas colocadas a cada uma destas disciplinas não diminuem a validade da sua utilização, antes justificando a necessidade de interligação dos vários contributos, para a apreensão da realidade espacial do período germânico.

não é apenas descoberta, interpretação e classificação dos objectos de que o homem se serviu; o homem viveu num espaço que é uma combinação dinâmica, e por isso mesmo instável, de elementos físicos e de factores culturais: tecnologia, divisão social do trabalho, estruturas sócio-económicas e sócio-políticas, ideologia, condicionam essa organização, sendo função da Arqueologia reconstituir o espaço, explicá-lo, acompanhá-lo na sua constante evolução» (pp. 474-475).

⁴⁷ Ver, por todos, José Orlandis, *op. cit.*, onde, além de um capítulo sobre o actual estado de conhecimentos relativamente à circulação monetária germânica (pp. 279-284), se indica a bibliografia fundamental (p. 285 s.).

⁴⁸ *Ibidem*, p. 283.

À imagem de uma grande escultura: o espaço do ocidente peninsular, organizado pela sociedade dos séculos V a VIII, que o ordenou, o esculpiu.

À imagem de um grande escultor: o historiador, buscando os contornos dessa escultura e, portanto, recriando, esculpindo também.

Há, na sua tarefa, o recurso a vários materiais: entre outros, as poucas fontes escritas, talvez a antropologia, seguramente a arqueologia. Eis uma conjugação viável: a arqueologia tem uma dimensão antropológica⁴⁹; e procurar as realidades inerentes ao homem, para períodos sobre os quais pouco sabemos, constitui, em certo sentido, trabalho arqueológico — como Jacques Le Goff quando, acumulando «vestígios» e «achados», «desenterrou» os camponeses escondidos na literatura da Alta Idade Média⁵⁰.

⁴⁹ Jorge Alarcão, *art. cit.*

⁵⁰ Jacques Le Goff, «Os camponeses e o mundo rural na literatura da Alta Idade Média», in *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, ed. Estampa (Lisboa, 1980), pp. 121-123. Tít. orig.: *Pour un autre Moyen Âge. Temps, travail et culture en Occident: 18 essais* (Paris, 1977).